

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

A nossa Autonomia aproxima-se rapidamente das três décadas de vigência, quase tantos anos como a Democracia em Portugal. Aliás, a vontade genuína dos cidadãos das nossas nove ilhas, exprime-se, precisamente, nesta forma de organização política e administrativa iniciada com a sua materialização constitucional e as eleições regionais de 27 de Junho de 1976.

Em cada dia que passa, dissipa-se mais uma dúvida sobre o portuguesismo das nossas gentes e das suas instituições representativas. Tais incertezas, que nos momentos iniciais de auto-governo faziam vacilar personalidades e correntes políticas, de matriz tendencialmente centralista, vão sendo erradicadas por preceitos democráticos e pelo desbravar do nosso desenvolvimento, por mais errante que ele seja. Numa e noutra circunstância, buscamos o aperfeiçoamento da democracia e contribuímos decididamente para o engrandecimento da portugalidade.

Aqui, no Parlamento Açoriano, verdadeiro coração da Autonomia, pulsa a diversidade de cada ilha e a riqueza da nossa identidade colectiva.

No debate parlamentar, no confronto das ideias, pomos todas as nossas convicções e entusiasmo. Assim será sempre. Com mais eloquência ou modéstia. Tratando matérias vitais para a Região ou simples factos que importam a uma pequena comunidade. Em todos os casos, fazendo valer um argumento irrefutável: damos voz aos cidadãos que aqui representamos, e por isso cumprimos um elementar dever.

A democracia é assim mesmo e requer uma constante pedagogia em torno do debate de opiniões, uma de entre muitas formas de exercer a cidadania. Não pode causar estranheza uma discussão intensa, seguida de um cumprimento ou uma expressão de amizade. O debate político pode, diria, deve rimar com rigor, elegância, frontalidade, urbanidade e lealdade.

Permitam-me um parêntesis breve.

Na última sessão, na refrega do debate, afirmei que um senhor deputado “guardava documentos desta assembleia...”. E justifiquei tal declaração no próprio Diário das Sessões, no caso em apreço, de 25 de Setembro de 2001, quando então o dito deputado afirmava ter consigo “30 ou 40 quilos de papel” produzidos por um grupo de trabalho encarregado de estudar a revisão da Lei de Finanças Regionais, que integrava em representação desta Assembleia. Em Junho esses documentos não se encontravam neste Parlamento, mas para mim o assunto está encerrado. Impunha-se, todavia, a fundamentação concreta daquela minha afirmação.

Senhor Presidente

Subo a esta Tribuna pela 33<sup>a</sup> vez nesta legislatura. Na bancada do Grupo Parlamentar do PSD levantei-me dezenas e dezenas de ocasiões para intervir no debate. Fi-lo sem renegar, por um só instante, as minhas profundas convicções, crendo desse modo emprestar um modesto contributo às causas públicas. Marcado pela imperfeição dos homens, quando porventura me desviei desse rumo, logo procurei regressar ao melhor exercício da razão e da educação. E assim quero acabar o mandato.

Senhores Deputados

Todos acalentamos sonhos, por isso o mundo pula e avança, no dizer do poeta.

Há quatro anos, como há oito ou há doze, firmámos propósitos de aproximar o Parlamento dos cidadãos. Demos passos nesse sentido. Mas não completámos a caminhada. Ela, aliás, nunca termina, e tão-pouco essa inevitabilidade desmobiliza a vontade e a diligência. É, portanto, preciso fazer mais e ainda melhor.

O canal parlamento bem pode ser um instrumento cirúrgico nessa operação de convivência entre eleitos e eleitores. As ilhas estão no Parlamento. O Parlamento tem de estar nas ilhas. Não apenas em delegações, mais ou menos equipadas ou providas de funcionários e com horário de expediente, ou em esporádicas visitas de comissões e agrupamentos políticos. Digo o Parlamento nas ilhas, para traduzir um sentido de utilidade, de proximidade, que os eleitos têm o dever de concretizar.

Creio que nesse desiderato se equaciona uma parte significativa da ideia generalizada acerca da improdutividade dos deputados. Salvo melhor opinião, a recente revisão do Regimento desta Assembleia deixou escapar uma boa oportunidade para desfazer esse equívoco, ao não estabelecer a regra de abertura dos trabalhos das comissões parlamentares à comunicação social, já que é exactamente aí que se consome muito tempo desse trabalho invisível.

O incentivo à iniciativa de petição – mais divulgação dos requisitos e procedimentos – é outro instrumento essencial, tanto na aproximação do

cidadão à instituição parlamentar como para o crescimento dos índices de participação cívica.

A última revisão constitucional não propiciou aos eleitores das regiões autónomas a capacidade de apresentarem projectos de diploma nos respectivos parlamentos, embora o possam fazer num plano mais alargado junto da Assembleia da República. No meu entender, consagrar tal disposição é um objectivo fundamental a ter em consideração na próxima revisão ordinária da cartilha legislativa. Até por um desiderato de natureza jurídica, segundo o qual quem pode o mais, pode o menos.

Como ente legislador, o deputado deve ter sempre presente que o valor da lei se centra na sua utilidade para o cidadão e a comunidade, e nunca (nunca, mesmo!) transformar as normas num obstáculo à realização dos desígnios pessoais e colectivos. É também assim que entendemos o regimento da ALRA – dirigido à eficiência dos trabalhos parlamentares. Muda-se quando é necessário e para melhor. Enquanto cidadão, que agora termina funções públicas, mas não fica usurpado de direitos, nem dispensado de deveres, deixo em jeito de desafio, àqueles que aqui permanecem, a ideia de introduzir no regimento, no fim de cada “Período de Tratamento de Assuntos Políticos”, um espaço destinado aos cidadãos, para uso da palavra, presencial ou por escrito.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

Ao longo desta legislatura dediquei particularmente o meu trabalho aos assuntos da educação. E é precisamente neste campo que quero terminar. Peço-vos licença para ler um texto de Maria José Balancho, que partilhava com os meus alunos da disciplina de História da Educação, na Universidade dos Açores, quando também ali terminava o ano académico. Trata-se de uma homenagem aos professores, que aqui faz sentido, nas vésperas do dia internacional desta profissão, que é também a minha:

### **«Sonhadores de um freud agastado ou o triângulo dos três P**

Para se ser professor em Portugal, das três uma: ou se é "puro" ou se é "poeta", ou se é "pendura",

Dos últimos não reze a História. Vendedores de aulas em saldo, mercantilistas da ignorância, não arriscam o sono, nem qualquer investimento pessoal. Seguem os manuais que nunca leram e saltam as matérias que não entendem. Agentes reprodutores das faltas de castigo, atingem performances imbatíveis na média diária de alunos que expulsam das aulas. Directivos e intolerantes, defensores acérrimos das parcas teorias académicas recentemente adquiridas, desprezam com arrogância "o saber de experiências feito". Militantes da autoridade e do autoritarismo, escondem físgas na algibeira, sempre prontos a atirar pedras, derrubando todos os que se atrevem a cantar como rouxinóis.

Destes, não reze a História. Não são "puros" nem "poetas" e muito menos professores. Penduram-se no eléctrico do ensino à espera do próximo emprego.

Dos "puros", talvez já reze a História...

Cordas vocais desgastadas pelo tempo, cumpridores e dedicados, carregam aos ombros a responsabilidade eterna de ensinar. Meticulosos com o programa, solidários com a obrigação, sabem a matéria de cor e recusam-se a acrescentar uma vírgula. Reconfortada a consciência nos parâmetros do dever, não reivindicam, não reclamam, não se insinuam. São professores, sempre o foram. Sempre ensinaram, antes com sucesso, agora com insucesso.

Nem mesmo assim se questionam. Para quê? A reforma já não tarda e a casa fica tão perto...

Estes, pelo menos, mereciam uma estátua, ou um monumento ao "Professor Desconhecido". Valem tanto como o soldado, só que as batalhas são de outra guerra.

Dos "poetas", desses sim, rezeará a História.

São tão ingénuos como os outros, tão mal pagos como os outros, tão assíduos como os outros, mas tão loucos como os outros não são. É essa a sua principal virtude. Vingam-se da própria condição e do próprio estatuto, transformando o acto de ensinar num sabor de gelado no Verão ou de chocolate quente no Inverno. Apaixonam-se pelas coisas, emocionam-se com as pessoas, reivindicam dos poderes divinos, para, logo a seguir, esquecerem as guerras, porque se tornam incómodas.

A aula é um gosto por si só, com matéria estabelecida ou sem ela, e ser professor é uma interacção de linguagens: Vibram com o entusiasmo e provocam-no. São líderes nas viagens que proporcionam através do imaginário e param em todas as estações do insólito e do divertido.

Saltam janelas e grades, mergulham na vida e a aula ilumina-se e transfigura-se. Não há pausas nem compassos, porque todos os minutos têm o mesmo sentido de cumplicidade e de risco, o mesmo prazer de estar: em ironia, em tristeza, em transparência, em descoberta, em alegria, em aventura.

E durante todos os momentos se processa o ensino/aprendizagem, na sua maior dimensão.

Estes são os verdadeiros professores, aqueles que os alunos não esquecem e que conquistam quase sempre um lugar nas páginas dos seus diários. Extravasam a escola e permanecem na memória, porque têm a coragem de incentivar o acto de viver. São motivadores de aprendizagens e referências alternativas ao tédio e ao conformismo.

Não precisam de estátuas nem de monumentos. Tomam-se personagens de ficção e contrariam as leis da psicologia humana.

Freud ficaria agastado.

Mas são estes que estruturam os homens, os ajudam a crescer e crescem com eles nas histórias que sempre se contam: “Uma vez tive um professor que...”. E consoante o real imaginário de cada narrativa, assim são apresentados: como sonhadores, como heróis ou como mitos: loucos quase sempre.

Abençoada loucura.»

Disse.